



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO E CIÊNCIA

**Grupo de Trabalho – Acompanhamento do Plano de Recuperação das
Aprendizagens**

Relatório

28 de fevereiro de 2023

Presencial

Audição da equipa responsável pelo sistema de monitorização da implementação do regime jurídico da Educação Inclusiva em Portugal

O Senhor Deputado Agostinho Santa (PS), em substituição da Senhora Coordenadora do Grupo de Trabalho, Deputada Cláudia André (PSD), presidiu a reunião, começando por dar as boas-vindas à equipa responsável pelo sistema de monitorização da implementação do regime jurídico da Educação Inclusiva em Portugal, cuja delegação se encontra publicada na [página da audição](#).

A equipa responsável pelo sistema de monitorização da implementação do regime jurídico da Educação Inclusiva em Portugal, referiu o seguinte, em síntese:

- Existe um conjunto de políticas para a educação inclusiva, espelhadas em documentos, programas e iniciativas, destacando o perfil do aluno à saída da escolaridade obrigatória, documento que traduz um compromisso com a educação de qualidade para que todos os alunos possam desenvolver o máximo do seu potencial;
- A estas iniciativas/programas estão associadas um conjunto de ações, destacando o [Plano 21|23 Escola+](#), desenhado para a recuperação das aprendizagens;
- É fundamental monitorizar e identificar as áreas que carecem de reforço e de um trabalho de maior proximidade e, por isso, os diversos serviços do Ministério da Educação envolvidos socorrerem-se das melhores entidades externas para realizar a monitorização e avaliação do trabalho desenvolvido no terreno;
- O Ministro da Educação solicitou um estudo à Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico (OCDE), publicado em 2022, que permite perceber as áreas nas quais é preciso investir mais e foi encomendado à Agência Europeia para as Necessidades Especiais e a Educação Inclusiva (Agência Europeia) um sistema de monitorização;
- Do relatório da OCDE resulta que Portugal tem registado nos últimos 25 anos melhorias históricas, desancando a forte redução da taxa de abandono escolar precoce; já em



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO E CIÊNCIA

relação aos desafios a ultrapassar destaca as diferenças nos resultados de aprendizagem e bem-estar dos alunos de grupos desfavorecidos; e refere a necessidade de fortalecer a governança e construir um sistema de financiamento coerente para a educação inclusiva; desenvolver a capacidade de as comunidades educativas responderem à diversidade, equidade e inclusão na educação;

- Têm trabalhado com a Agência Europeia para desenhar um conjunto de *standards* para apoiar as escolas na monitorização das aprendizagens e a construção de um programa de formação tem sido uma prioridade, e os centros de formação de associação de escolas estão a implementar cursos e oficinas a partir de recursos que estes serviços do Ministério da Educação disponibilizam;
- Apresentaram alguns dados da plataforma de recolha e de monitorização referentes à educação inclusiva durante o ano letivo 21/22, tendo como universo as escolas públicas do Ministério da Educação;
- Não obstante as diversas medidas, recursos e respostas que as escolas têm à sua disposição para promoverem a participação e a melhoria das aprendizagens, centraram a apresentação nas medidas seletivas e/ou adicionais, que visam colmatar as dificuldades mais acentuadas e persistentes ao nível da comunicação, da interação, da cognição e das aprendizagens;
- No ano letivo 21/22 foram mobilizadas medidas seletivas e/ou adicionais para 83.446 alunos, ou seja, 7,4 % do universo dos alunos, sendo o ensino básico aquele que regista mais medidas e o 3.º ciclo o que tem uma maior taxa de prevalência destas medidas;
- No mesmo ano letivo, 37.291 alunos precisaram de apoios especializados, perfazendo um total de 59.661 destes apoios mobilizados nos relatórios técnico-pedagógicos (39 % para psicologia, 35 % para terapia da fala e 14 % para terapia ocupacional);
- Dos 7.258 docentes que desempenham funções específicas de apoio à aprendizagem, 97 % são professores de educação especial;
- Nos 8.3446 relatórios técnico-pedagógicos existentes, 6.4814 tiveram intervenção de docentes de educação especial e a duração média do apoio semanal varia entre os 546 minutos no 1.º ciclo e os 608 minutos no ensino secundário;
- Os psicólogos são os técnicos especializados a tempo inteiro com maior representação no apoio à aprendizagem, seguidos dos terapeutas da fala e dos terapeutas ocupacionais;
- Existe um grande envolvimento das escolas na contratação direta destes técnicos (53 %) bem como nos planos de ação estabelecidos entre as escolas e os CRI - Centros de Recursos para a Inclusão, (28 %);



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO E CIÊNCIA

- Destacaram também as parcerias entre as escolas e as instituições da comunidade nomeadamente empresas ou serviços privados e autarquias;
- Em relação às taxas de transição nos diferentes níveis de ensino, 9 em cada 10 alunos abrangidos por esta medida transitam de ano;
- Relativamente ao programa de acompanhamento que tem 4 objetivos um dos quais promover a execução das medidas do plano 21/23 Escola+, uma das áreas de incidência é a ação das equipas multidisciplinares de apoio à educação inclusiva (EMAEI), que tem atividade inspetiva planeada desde o ano letivo 20/21;
- Entre os objetivos destaca-se a apreciar a intervenção da equipa multidisciplinar na persecução das ações específicas previstas no plano 21/23 Escola+;
- O relatório global 2021 desta ação específica já publicado no sítio oficial *Internet* da Inspeção Geral da Educação e Ciência (IGEC) apresenta os principais resultados e conclusões relativos aos aspetos a destacar e a melhorar nas 4 áreas de incidência que são intencionalidade educativa, as medidas educativas de apoio à aprendizagem e inclusão, equipa multidisciplinar de apoio e centro de apoio à aprendizagem e resultam da ação de acompanhamento no segundo semestre de 2021 em 20 agrupamentos de escolas distribuídos pelas 3 áreas geográficas;
- No ano de 2022 a atividade foi em 28 agrupamentos de escolas, estando este ano a atividade pensada para abranger mais escolas.

Intervieram depois os Senhores Deputados Agostinho Santa (PS), António Cunha (PSD), Gabriel Mithá Ribeiro (CH), Carla Castro (IL) e Alfredo Maio (PCP)

Na sequência das questões e observações expressas pelos Senhores Deputados, a equipa responsável pelo Sistema de monitorização da implementação do regime jurídico da Educação Inclusiva em Portugal referiu o seguinte, em síntese:

- Uma escola inclusiva é uma escola que cultiva valores, e um dos seus principais valores é a liberdade;
- Não há competência sem uma infraestrutura de conhecimento forte e nos últimos 25 anos o sistema educativo tem vindo a melhorar;
- Esclareceu a diferença entre o relatório produzido pela Agência Europeia e o relatório da OCDE, que têm objetivos distintos;
- A Agência Europeia não avaliou o processo de desenvolvimento da educação inclusiva em Portugal, a encomenda a esta Agência visou a construção de um sistema de monitorização ajustado à lei portuguesa para a inclusão;



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO E CIÊNCIA

- Foram observados outros referenciais, nomeadamente um produzido pela Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura (UNESCO) mas considerou o Senhor Ministro da Educação ser preciso um olhar específico para as políticas de educação inclusiva e construir um sistema de monitorização que servisse a Portugal, ao invés de utilizar referenciais externos que depois não refletem a visão, as políticas e as práticas em Portugal;
- A intenção foi perceber, em termos globais, como é que a educação inclusiva se desenvolve em Portugal e, assim, a Agência, depois de entrevistar um conjunto alargado de *stakeholders* solicitou que fossem indicadas escolas com diferentes características e espalhadas pelo território, de forma a perceber as áreas em que é preciso desenvolver e investir mais;
- O relatório produzido pela OCDE é completamente externo, as escolas foram escolhidas pela OCDE, bem como os *stakeholders*, e teve como propósito perceber o grau de desenvolvimento da educação inclusiva, identificar as áreas prioritárias e as recomendações para os próximos passos;
- Não há necessidade de fazer alterações ao enquadramento legal, mas sim trabalhar mais nomeadamente nas áreas que a OCDE identifica, como uma maior capacitação das escolas, dos professores e dos técnicos;
- Os dados que apresentaram vão integrar o relatório de 21/22 mas os dados preliminares demonstram um aumento do número de alunos abrangidos por estas medidas e um aumento do número de apoios;
- Têm trabalhado em conjunto com formadores para darem formação a lideranças intermédias e de topo, pois é necessário que o professor esteja preparado para lidar com a diferença e a diversidade;
- Realizaram-se 12 sessões de dia completo com todas as escolas, tomando por referência os *standards* identificados, e o público-alvo privilegiado foram elementos da equipa de direção, os coordenadores-diretores de turma, e os coordenadores das EMAEI, nas quais se partilhou o trabalho de monitorização e discutiu-se a sua continuidade no âmbito daquilo que está previsto no relatório da Agência Europeia;
- Não é possível dissociar dos recursos humanos todas as medidas que neste momento estão a ser implementadas (nomeadamente as preconizadas no Decreto-Lei n.º 54/2018 e n.º 55/2018, na Portaria 181/2019 e no plano nacional de artes);
- A educação tem um papel importante na identificação das barreiras e limitações que os alunos podem ter no acesso às aprendizagens, mas depois a área da saúde assume o seu papel;



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO E CIÊNCIA

- Em relação ao currículo referiram que o perfil dos alunos à saída da escolaridade obrigatória é um trabalho articulado que teve em conta a avaliação que os professores fazem do currículo e uma revisão daquilo que à data se designava de programas nas diferentes disciplinas e que hoje estão consubstanciados nas aprendizagens essenciais e assim o currículo excessivo de que se falava há uns anos atrás está agora muito mais enxuto e focado naquilo que realmente importa.

A gravação da audição e a documentação entregue estão disponíveis na [página da audição](#), pelo que se dispensa maior desenvolvimento neste relatório.

Palácio de São Bento, 28 de fevereiro de 2023

A assessora parlamentar

(Ana Montanha)